

# Família Dart pode ficar de fora do acordo para reestruturação da dívida

por Gustavo Freire  
de Brasília

O negociador oficial da dívida externa brasileira, André Lara Resende, declarou ontem que os credores da família Dart podem, legalmente, ficar de fora do acordo geral de reestruturação do principal de US\$ 35 bilhões dos débitos com os credores privados internacionais. "Em princípio, eles podem ficar de fora", disse. Isto pode ser feito, segundo Lara Resende, porque o Brasil já tem hoje a adesão dos bancos que possuem 95,11% do volume da dívida externa privada. O percentual mínimo exigido para a conclusão do acordo é de exatamente 95%. A família Dart possui cerca de 4% da dívida brasileira adquirida em operações no mercado secundário de títulos da dívida externa.

Lara e o próprio presidente do Banco Central (BC), Pedro Sampaio Malan, que já ocupou a posição de negociador da dívida externa, ressaltaram que não é interesse do governo ou do comitê assessor dos bancos que isto aconteça. "Estamos nos esforçando para que os Dart entrem no acordo", disse Lara. Este mesmo esforço de negociação, segundo o negociador da dívida externa brasileira, também é compartilhado pelo comitê assessor dos bancos. Os representantes da família Dart bateram pé em torno da posição oficializada ao governo brasileiro no último dia 15 de março, quando aderiram aos termos do acordo solicitando a troca de seus títulos in-



André Lara Resende

tegralmente pelos bônus de capitalização. Esses ativos têm taxas de juro fixas crescentes ao longo de 30 anos e não exigem do governo nenhuma garantia.

A proposta, entretanto, não foi aceita dentro do quadro geral de reequilíbrio das propostas apresentadas pelos demais 900 bancos credores internacionais do País. Em comunicado oficial, o governo brasileiro decidiu que, no mínimo, 35% das opções dos credores entre os 5 instrumentos de reestruturação da dívida deveriam recair sobre os bônus de desconto e, no máximo, 40% deveriam ficar atreladas aos bônus ao par. "O objetivo era conseguir a redução do principal, dos encargos e também uma boa distribuição dos fluxos financeiros e um alívio nos primeiros anos de pagamento da dívida", afirmou. Lara precisou que a redução do principal, em valores presentes, deverá ser de aproximadamente 24%.

## Desinteresse dos senadores

por Gustavo Freire  
de Brasília

Disputando atenção com os trabalhos da CPI do Orçamento, o presidente do Banco Central (BC), Pedro Sampaio Malan, e o negociador oficial da dívida externa brasileira André Lara Resende, encontraram uma dificuldade inesperada para fazer uma exposição aos parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sobre o andamento das negociações com os credores inter-

nacionais: a falta de quórum. Apenas 9 senadores estavam presentes na comissão e mesmo assim, este baixo quórum só foi conseguido depois de muito esforço do presidente da Comissão, senador João Rocha (PFL-TO), que passou a terça-feira ao telefone convocando os demais integrantes da comissão. A dificuldade em conseguir este quórum mínimo entretanto, ficou espelhada no atraso de mais de uma hora para o início da audiência com Malan e Resende.

Inicialmente, as opções dos credores haviam se concentrado em sua maioria nos bônus ao par, que tem taxas de juro fixas e não contemplam nenhuma redução do principal. Além disso, o governo brasileiro ainda teria que desembolsar recursos para formar as garantias a este instrumento do acordo. Na posição final, esta concentração se reduziu para 33,16%. Isto ocorreu, segundo Lara Resende, porque os bancos internacionais ficaram melhor provisionados, ao ponto de admitirem uma redução de 35% da dívida com o País, e graças a uma expectativa de estabilização das taxas de juro no mercado internacional. Isto explica, segundo o negociador da dívida externa brasileira, a concentração em 35% nos chamados bônus de desconto.

Lara também expressou

a confiança que o governo tem em chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes do prazo fatal para a troca de títulos, que vence em 28 de fevereiro de 1994. Malan e Lara Resende acreditam que será possível fechar este acordo ainda no início de 1994.

Isto permitirá que o Tesouro norte-americano emita a série especial de zero cupons, que servirão de garantia ao acordo da dívida. De imediato, o governo terá que desembolsar cerca de US\$ 2,8 bilhões na compra destes títulos que deverão ficar depositados no Bank of International Settlements (BIS), na Suíça, ou no Federal Reserve Board (Fed) dos Estados Unidos da América. O total a ser desembolsado alcança US\$ 4,3 bilhões a serem pagos num prazo de dois anos.